A ascendência de Manuel Raposo da Câmara, da Ilha de São Miguel, radicado no Rio Grande do Norte e tronco da família Câmara do Nordeste do Brasil

HUGO MOREIRA E AUGUSTO DE ATHAYDE (*)

1. Nota sobre a emigração dos Açores para o Brasil
2. A ascendência de Manuel Raposo da Câmara
    1. Introdução: Árvore sintética
    2. Varonia: os Mendes Pereira da ilha de S. Miguel
    3. Ligação à família Raposo, da Ilha de S. Miguel
    4. Ligação ao tronco dos Câmaras
    5. Árvores que descrevem a ascendência conhecida de Manuel Raposo da Câmara
3. Manuel Raposo da Câmara e o Brasil.
    1. Hipótese sobre as razões da sua partida
    2. Os vínculos que lhe couberam e que os seus sucessores brasileiros administraram
4. Continuação, em S. Miguel, da Família de Manuel Raposo da Câmara.
    1. Introdução. Árvore sintética
    2. Descendência, em S. Miguel, de Gonçalo da Câmara de Bettencourt e Sá.

(*) Sócios correspondentes do Instituto do Ceará. Historiadores portugueses.

1. Nota sobre a emigração dos Açores para o Brasil

Apesar da imensa desproporção territorial entre o gigantesco Brasil e as pequenas ilhas que compõem o arquipélago dos Açores, foi, durante séculos, o intenso intercâmbio açoro-brasileiro.

Para ele contribuiu, sem dúvida, a importância dos factores económicos. (Vd. Frederic Mauro, "Le Portugal, Le Brésil et l'Atlantique au XVII Siècle (1570-1670)", Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris 1983; C.R. Boxer, "The golden age of Brazil - Growing pains of a colonial society 1695-1750", 2.ª ed., Carcanet Press Limited, Manchester, 1995, e vastíssima bibliografia citada em ambas as obras). Mas também opções políticas tiveram peso, designadamente no plano do povoamento.

A matéria tem sido objecto de múltiplos estudos e faculta, ainda, campo para muitos mais. No quadro deste trabalho, mais não se pretende agora do que recordar, a título de exemplo, alguns episódios da emigração açoreana para o Brasil, em cujo contexto se situou a passagem de Manuel Raposo da Câmara da ilha de S. Miguel para o País Continente.

Foram, na verdade, inúmeras famílias insulanas que deram um ou mais membros à "quarta parte nova".

Comece-se por recordar, logo nos primórdios, o glorioso Francisco do Canto, expressamente referido por Tomé de Sousa como um dos pioneiros que mais o ajudaram na fundação de Salvador, a primeira capital. Já com uma assinalável carreira nas guerras do Norte de África e nos mares do Atlântico Norte, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, (1527), Comendador da Ordem de Cristo, (1546), etc.,(vd. Eduardo de Campos "Nobiliário da Ilha Terceira", vol I, pág. 239), parte para o Brasil em 1546. A seu pai Pedro Anes do Canto, - (uma das figuras mais destacadas da época nos Açores, pelos seus feitos de armas em terra e no mar: teve Carta de Armas em 1539; foi 1.º Provedor das Armadas, etc., etc.), - escreve Tomé de Sousa: "Eu não sei como comece a falar nele a V.M. senão que saibaes certo, que tendes o mais honrado filho, e mais para tudo, do que tem homem n'este reino; e se lá ouvirdes dizer que eu cá fiz uma cidade, ele a fez." (Vd., entre outros, Alfredo

Luís Campos, "Memória da Visita Régia à Ilha Terceira", Angra do Heroismo, 1903, pág. 147 e bib. aí cit.).

É curiosa a especial ligação que se estabeleceu entre a então vila e hoje cidade da Ribeira Grande e as Terras de Vera Cruz. Os respectivos Condes, D. José Rodrigo da Câmara e seu filho D. Luís Manuel da Câmara, fundam fábricas de tintas, velas, linhas, linho e produtos afins. O chamado "pano de genipapo" é, durante muito tempo, constantemente exportado para o Brasil.

Também nos séculos XVII e XVIII, os açoreanos não escapam ao fascínio exercido pela aventura das minas... Muitos, designadamente de S. Miguel, partem em busca de fortuna. E bom número deles alcança os objectivos.

O que explica a construção, nessa época, de tantas casas e solares de qualidade, especialmente estudados por Luís Bernardo L. de Athayde em "A Ribeira Grande e a sua arquitectura antiga". (Insulana, Ponta Delgada, vol VI, pág. 33 a 68; obra republicada em "Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores", vol IV, pág. 49 e segts. Colectânea das obras principais do mesmo autor publicada pela Universidade de Coimbra entre 1973 e 1976).

Sobre a participação açoreana na fundação de S. Paulo, (primeiro S. Vicente), e na grande aventura de bandeirantes e sertanistas, muito há para dizer. Mas recorde-se apenas que o célebre Tenente General Manuel de Borba Gato era filho de terceirenses. E que algumas das mais antigas famílias paulistas, (designadamente a dos Arruda Botelho), têm origem açoreana. Por exemplo, a ligação a S. Paulo do ramo dos ilustres e históricos Botelhos radicados na Ribeira Grande, foi intensa no período alto das minas e do ouro. (Vd. Augusto de Athayde, "Ascendência e descendência açoreana de alguns bandeirantes e famílias antigas do Brasil", Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol L, 1992, pub. em 1996).

Continuando a referir aqui apenas alguns casos recorde-se que em 1675, "por diligência" do Capitão Mór do Faial Jorge Goulart Pimentel são enviados da ilha do Pico para o "Grão Pará", cinquenta casais, totalizando 234 pessoas. E no ano seguinte mais cinquenta, (219 pessoas). (Vd. Ferreira de Serpa, "A Família Brum", Lisboa 1932).

Mas de longe o episódio mais célebre no contexto da relação açoro-brasileira, é o dos casais de Santa Catarina. Gervásio Lima ("Breviário Açoreano", Angra, 1934, pág. 257) escreve: "30 de Agosto de 1744. É publicado o edital de El-Rei autorisando o transporte de colonos açoreanos para o Brasil. Quási mensalmente saíam levas de emigrantes destas ilhas para a colonização das terras que se iam povoando, dando-se preferência aos naturais dos Açores, ordenando-se que os distribuissem em núcleos de 60 casais. El-rei, autorisando a condução gratuita de colonos açoreanos para o Brasil, concedia: "a cada mulher de mais de 12 anos e menos de 25, casada ou solteira, 2.400 reis e aos casais que levarem filhos 1.000 reis para cada um. A cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha para o sustento. Os homens que passarem por conta de S.M. ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem, onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que se lhes levem direitos nem salário algum por esta sesmaria; e quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terras, as poderão pedir ao governador".

E o mesmo autor, (loc. cit. pág. 388), acrescenta que nos cinco anos que decorreram entre 1748 e 1753 entraram em Santa Catarina 1.178 casais açoreanos, correspondentes a 6.492 pessoas.

A saga dos "casais" está profundamente estudada. Documentação da maior importância foi publicada em diversos volumes do monumental "Arquivo dos Açores". Mas, nesta brevíssima referência, não se podem deixar de mencionar os decisivos estudos elaborados e promovidos pelo Prof. Walter Piazza, designadamente, "A epopeia açório-madeirense, 1748-1756" (1992) e os "Anais da IIª semana de estudos açoreanos" que o Mestre organizou e dirigiu em 1987 na Universidade Federal de Santa Catarina e foram publicados em 1989, tal como a primeira obra referida, pela Editora da mesma Universidade.

Ainda em 1817 o viajante Saint Hilaire refere mais cinquenta casais açoreanos, que se instalam então em S. Agostinho, perto de Vitória, no Espírito Santo. ("Arquivo dos Açores", vol X, pág. 513).

E o fluxo continua: muito curioso é o estudo publicado no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, "Relação dos emigrantes açoreanos para os Estados do Brasil, extraída do "Livro de Registo de Passaporte da Capitania Geral dos Açores", entre os anos de 1771 e 1841, da autoria de Raimundo Belo.

A passagem sistemática e continuada de açoreanos para o Brasil só veio a terminar por meados do Século XX.

2. A ascendência de Manuel Raposo da Câmara

2.1 Introdução: Árvore sintética

Antes de desenvolver o tema, julgam os autores que terá interesse apresentar o esquema do qual se pode ver não só as vias pelas quais venham a Manuel Raposo da Câmara os nomes de Raposo e Câmara mas, também, a da sua varonia.

2.2 Varonia: os Mendes Pereira da ilha de S. Miguel

A origem da família Mendes Pereira perde-se no escuro dos tempos anteriores ao momento em que se radicou na ilha de S. Miguel. E, como igualmente é nos Açores, o caso de muitas outras, a sua história clara, certa e documentada, inicia-se com a referência feita nas "Saudades da Terra" aos primeiros dos seus membros que chegaram ao Arquipélago. É, pois, na grande Crónica quinhentista que vamos encontrar os elementos iniciais para a exposição empreendida.

Para além de outras referências aos membros da família contemporâneos do cronista que se encontram espalhadas pela obra, o texto fundamental é o que corresponde, no Livro IV das Saudades da Terra, aos parágrafos 8, 9, 10 e 11 do Capítulo Trigésimo Sexto, que tem por Título "Dos Albernazes e dos Montes, Pereiras e Mendes, e de outros apelidos de gente nobre que veio a esta ilha no tempo antigo, e de seus sucessores que agora moram nela".

A importância dessa passagem da Crónica determina que aqui se deixe a sua reprodução integral. Antes porém, e liminarmente, notaremos que toda ela parece revelar um conhecimento próximo da família por parte de Gaspar Frutuoso, que não se poupa a pormenores pessoais. Isto, parece apontar no sentido de se admitir que entre os primeiros Mendes Pereira de São Miguel e o cronista tenham existido próximas relações. Sublinha-se esta bem provável hipótese pois ela reforça, evidentemente, o valor dos elementos que se colhem nas "Saudades".

Manuel Raposo da Câmara

Francisco Pereira do Amaral

André Pereira do Rego
c.c. D. Isabel Cabral Lobo

Francisco Mendes Pereira ⟶ c.c. Isabel Raposo Baldaia

António Mendes Pereira (II)
c.c.
Beatriz Cabeceiras Pimentel

António Mendes Pereira (I)
Chegado a S. Miguel em 1518
Escudeiro da Casa d'El Rei, etc.
c.c. Isabel Fernandes

Fernão Mendes
(de Guimarães)

Afonso Mendes (I)
Juíz dos Órfãos de Unhão,
da Casa do Arcebispo de
Braga, etc.
(ARMAS DE PEREIRAS)

Baltazar Raposo
c.c.
Isabel Baldaia

João Fernandes Raposo
Alcaide,que foi de Portugal
para S.Miguel na primeira
metade do Século XVI
c.c. Catarina da Costa

D. Josefa da Câmara

D. Maria Leite da Câmara
c.c.

Manuel Pereira da Silveira

Manuel da Câmara Araújo
c.c.
Margarida Cabral Baldaia

Jerónimo de Araújo
c.c.
Maria Leite

Paulo Gago Bocarro
c.c.
Isabel de Medeiros

Rui Gago da Câmara
c.c.
Isabel Botelho

Guiomar da Câmara
filha natural
c.c. Paulo Gago

Antão Rodrigues da
Câmara,
filho natural

Rui Gonçalves da Câmara
3.º Capitão do Donatário
da Ilha de S.Miguel

João Gonçalves Zarco
Descobridor da Ilha da
Madeira,
c.c. D.Constança Rodrigues
de Almeida
(ARMAS DE CÂMARAS)

Transcreve-se assim, em seguida, o texto referido.

> "- Vieram a esta ilha dois irmãos, de Guimarães, António Mendes Pereira e João Mendes Pereira, filhos de Fernão Mendes, netos de Afonso Mendes, da casa do Infante, arcebispo de Braga, irmão d'el-Rei; o qual Afonso Mendes serviu a el-Rei nas guerras de Castela, muito bem, pelo que lhe fez mercê de juiz dos órfãos de Unhão, de Guimarães. Seu neto, António Mendes, veio a esta ilha no ano de mil e quinhentos e dezoito, onde casou com Isabel Fernandes, filha de Francisco Fernandes, castelhano, de que houve dez filhos. O primeiro, João Mendes letrado e graduado, primeiro em leis e depois em canones e em teologia, que faleceu em Salamanca, homem de grande virtude, o qual sendo d'antes muito lustroso no mundo, deu tal volta, engeitando tudo, que foi depois mais humilde de quantos eu tenho visto e exemplo de todas as virtudes; e, sendo sacerdote de missa, faleceu dia de Natal, antes de a dizer, o mesmo dia que tinha determinado de a cantar. O segundo, Pero Mendes, bom sacerdote e cantor, o mais velho beneficiado na egreja de S. Sebastião, da cidade de Ponta Delgada. O terceiro, Francisco Mendes Pereira, creado d'el-Rei, cavaleiro fidalgo nos seus livros, e contador que foi de Sua Magistade n'esta ilha de S. Miguel e Santa Maria, homem discreto e prudente e de magnifica condição, o qual casou com Isabel da Gama, moça da camara da Rainha D. Catarina, da geração dos Gamas e dos Velhos de Portugal. Os Gamas são naturaes d'Olivença e procedem da geração do Conde da Feira: o primeiro chefe d'eles era um homem principal d'Olivença, o qual sonhando uma noite que achava um tesouro em Castela, na ponte de Badajoz, e um castelhano de Castela, sonhava que achava uma gama, que é uma pedra de mó de moer azeitonas, cheia de grande tesouro; indo o português a buscar o seu a Castela, se encontrou na ponte de Badajoz com o castelhano e praticando ambos, descobrindo cada um seu sonho, dizendo o castelhano que sonhara que em Olivença achava uma gama

cheia de tesouro, lhe respondeu o português: - não creias em sonhos que são abusão, que também eu sonhei que achava outro tesouro em vossa terra; e tornando-se cada um para onde moravam, o português buscou a gama em sua terra e trouxe pouco a pouco em tombos, de noite, com um mouro, seu escravo, a sua casa; e abrindo-a, achou tão grande tesouro de ouro e prata e pedras preciosas, que ficando-lhe a maior parte e fazendo serviço da menor a el-Rei, o fez fidalgo de sua casa e foi o princípio dos Gamas que no reino têm grande nome e grandes cargos. E d'esta progenie, e primo de Isabel da Gama, é o doutor António da Gama, grande jurisconsulto, afamado por suas obras e escritos, que agora é desembargador do paço. E não tem filhos.

O quarto filho de António Mendes, chamado António Mendes Pereira, casou com D. Beatriz Cabeceiras, neta de João Afonso, do Faial, e de Domingos Afonso. O quinto, Fernão Mendes Pereira, que casou com Jerónima Fernandes, filha de Pedro Anes Freire, de que tem alguns filhos. O sexto, Jerónimo Mendes Pereira, ainda solteiro.

Teve mais António Mendes Pereira três filhas: a primeira, Maria Mendes, casou com João d'Arruda da Costa, de que tem filhos e filhas; a segunda, Violante Mendes, casou com Manuel Favela da Costa, de que tem filhos e filhas; a terceira, Catarina Mendes, casada com o Capitão Alexandre, de que não tem filhos.

João Mendes Pereira, irmão de António Mendes Pereira, casou com Guiomar Botelha de Macedo, bisneta do Capitão do Faial, de que houve os filhos já ditos na geração de Gonçalo Vaz, o grande . Têm os Mendes Pereiras por armas, em seu Brazão, um escudo com campo vermelho e uma cruz de prata florida e vazia; élmo de prata, guarnecido de ouro; paquife de prata e vermelho; por timbre duas azas d'anjos, de ouro, e entre elas uma cruz vermelha, e por diferença, um cardo de ouro, florido d'azul".

Resulta do texto acima reproduzido que, pelo menos já antes de 1591 (ano da morte de Gaspar Frutuoso) usavam os Mendes

Pereira de Guimarães e de S. Miguel, as armas de Pereira em pleno, com a diferença de um cardo de ouro florido de azul. Suscita-se, porém, e antes de mais, a questão de saber se tais armas teriam sido concedidas ou meramente assumidas. Vários argumentos parecem abonar a primeira hipótese. Em primeiro lugar, a minúcia da descrição deste logo indica que Gaspar Frutuoso, não se limitando a uma referência vaga, teria copiado o texto de uma carta. Argumento decisivo, porém, é o da "diferença", que não apareceria, óbviamente, em Armas assumidas. Existe, assim, forte presunção de que os Mendes Pereira tivessem direito ao uso de brazão de armas concedido por carta. E o facto de as pesquisas até hoje realizadas não terem permitido encontrar o documento não é significativo, tratando-se de diploma do século XVI ou anterior.

Admitindo que as armas dos Mendes Pereira descritas por Gaspar Frutuoso hajam sido objecto de concessão, cabe perguntar: a quem terão sido concedidas? Antes de mais, um elemento indiscutível: a algum dos Mendes Pereira que tenham vivido antes de 1591, isto é: a António Mendes Pereira ou algum dos seus filhos, ou seu pai ou seu avô. Mas outro elemento importante é o que resulta da natureza da diferença pessoal: trata-se de uma "peça solta" (um cardo de ouro florido de azul) o que significa que o direito do agraciado às armas vinha "por Pai e Avô" segundo a norma consagrada pelo Regimento de D. Manuel I, à época bem moderno. Destes aspectos parece resultar a conclusão seguinte: o direito às armas dos Pereiras vinha aos primeiros Mendes Pereira que se radicaram em S. Miguel, designadamente, António Mendes Pereira (I.º do nome) e seus filhos, por Pai e Avô, o que torna admissível que Fernão Mendes e Afonso Mendes, apenas assim referidos nas "Saudades", se chamassem efectivamente "Pereira" e tivessem, já portanto no século XV, direito às armas do nome. De assinalar ainda que as armas dos Pereiras foram, depois, e em diversas ocasiões, novamente reconhecidas a descendentes destas gerações iniciais.

Impossível se torna nos quadros deste trabalho descrever em pormenor toda a descendência destes primeiros Mendes Pereira referidos por Gaspar Frutuoso. Vamos, assim, muito sinteticamente apontar a ligação existentes entre o António Mendes Pereira chegado a S. Miguel em 1518 e Manuel Raposo da Câmara.

ANTÓNIO MENDES PEREIRA (I.º do nome)., Chega a S. Miguel em 1518, vindo de Guimarães (onde provávelmente terá nascido), com seu irmão João Mendes Pereira. ("Saudades da Terra", Loc. cit.). Escudeiro Fidalgo da Casa d'El-Rey conforme consta do seu testamento aprovado em 14.08.1569. Foi casado com D. Isabel Fernandes que faleceu a 17.10.1579, filha de Francisco Fernandes, castelhano originário de Sevilha, Escudeiro Fidalgo, dito "o pincho", e de sua mulher D. Maria Fernandes. Grande mercador, fundou considerável casa, tendo a sua fazenda sido avaliada em 19.000 Cruzados por Gaspar Frutuoso, que o refere (loc. cit.livro IV, capítulo 51.º) expressamente ao escrever: "Há nesta ilha, n'este tempo d'agora, e sempre houve, numero de trinta até quarenta homens da terra, que todos negociam de três até vinte, trinta, quarenta mil cruzados de suas fazendas e pastél, e outras mercadorias, com muita verdade, cumprindo a risco o que fiam e prometem, negociando uns com outros partidos de muita quantidade, sem escrituras, com suas palavras; e com quantos trabalhos há n'estes tempos presentes, têm mão na verdade, folgando sempre de a tratar e conservar, e até agora, ainda que muitas perdas tiveram, estão restaurados em suas fazendas e inteiros em seu credito".

No testamento, feito conjuntamente com sua mulher vincula a favor da Misericórdia de Ponta Delgada um moio de trigo anual para o "sustentamento" de uma cama. O filho Francisco Mendes Pereira (I.º do nome) é nomeado testamenteiro e administrador dos bens vinculados e dos diversos legados pios instituidos. Determinam os testadores que "os seus corpos sejam enterrados na Igreja do Mártir S. Sebastião donde são fregueses em a cova que eles têm na dita Igreja".

Teve este casal os seguinte filhos: *Padre João Mendes Pereira; Padre Pedro Mendes Pereira; Francisco Mendes Pereira,* (I.º do nome), terceiro filho de seus pais foi, certamente, de entre todos os irmãos, o que mais se destacou. Gaspar Frutuoso, como já vimos, dele diz ter sido "Creado d'el-Rey, Cavaleiro Fidalgo nos seus livros, e contador que foi de Sua Magestade nesta Ilha de S. Miguel e Santa Maria, homem discreto e prudente e de magnífica condição". Em 1577 D. Sebastião faz-lhe mercê do ofício de contador na Ilha de S. Miguel, a pedido de sua Avó a Rainha D. Catarina, de

quem era "Moça de Câmara" D. Isabel de Gama com quem estava para casar. (Alvará de 24 de Maio de 1577). A esta juntam-se ao longo da vida, outras mercês. Francisco Mendes Pereira e D. Isabel da Gama não tiveram filhos. Fizeram conjuntamente testamento a 8 de Junho de 1595, ao qual a segunda aditou um condicilo a 6 de Julho do mesmo ano. Deixam diversos legados entre os quais se destacam os que dizem respeito à capela de S. João Batista na Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada, (cujo altar referem como "o nosso altar"). Nomeiam testamenteiro ao irmão e cunhado António Mendes Pereira (II.º do nome) que ficou também como administrador dos bens vinculados. D. Isabel da Gama faleceu em 23/9/1595. Foram sepultados na dita capela de S. João Batista, que se situava entre a porta lateral do lado sul e a capela dos Rego Botelhos, hoje do Senhor dos Passos. Por meados do sec. XIX terá desaparecido quando vários pequenos altares foram removidos; *António Mendes Pereira,* que segue; *Fernão Mendes Pereira*; *Padre Jerónimo Mendes Pereira,* dito "o velho" que fez testamento em Lisboa, a 25.04.1607 vinculando para seu irmão Francisco dez alqueires de terra a São Gonçalo; *Maria Mendes Pereira; Violante Mendes Pereira; Catarina Mendes Pereira.*

ANTÓNIO MENDES PEREIRA (II.º do nome) testamenteiro de seu irmão Francisco Mendes Pereira e cunhada D. Isabel da Gama. 2.º administrador dos bens vinculados por estes e por seu Pai António Mendes Pereira bem como o vínculo de seu outro irmão o Padre Jerónimo Mendes Pereira. Continuou a desenvolver as actividades mercantis de seu Pai, dele escrevendo Gaspar Frutuoso que "tem 20 moios de renda" e que a sua fazenda "vale mais de 20.000 cruzados" (Loc. cit. Liv. IV, cap. 52). Foi casado com D. Beatriz Cabeceiras Pimentel filha de Nuno Gonçalves Pimentel e de D. Catarina Manoel.

Foram seus filhos: *Francisco Mendes Pereira* (II.º do nome), que segue; *António Mendes Pereira; Maria Mendes Pereira; Maria de Santo António*, freira; *Padre Jerónymo Mendes Pimentel.*

FRANCISCO MENDES PEREIRA (II.º do nome), dito "o Moço". Filho primogénito de seus pais foi o terceiro administrador dos

vínculos instituidos pela sua família (o de seu avô António Mendes Pereira, de seu tio o P. Jerónimo Mendes Pereira e a capela de seus Tios Francisco Mendes Pereira e D. Isabel da Gama, tendo a sucessão desta sido julgada a seu favor por juízes àrbitros em 1624). No seu testamento de 17.8.1643 nomeia testamenteiros sua mulher e seus filhos. A sua filha D. Maria Baldaya do Rego deixa a terça e a administração do vinculo do P. Jerónimo Mendes Pereira. A seu filho André Pereira do Rego deixa a administração dos demais vinculos. Foi casado com D. Isabel Raposo Baldaya, filha de Baltazar Raposo e de D. Isabel de Rego Baldaya. Faleceu a 12/6/1649 e foi sepultado, na Igreja Matriz de S. Sebastião.

Foram seus filhos: *André Pereira do Rego*, que segue; *Maria Baldaya do Rego*, herdeira da terça de seus pais; *Manuel Raposo do Rego Pereira; Ana Pimentel; Francisco.*

ANDRÉ (I.º do nome) PEREIRA DO REGO, filho primogénito de seus pais, 4.º administrador dos vinculos instituidos por seus ascendentes. Casou na Matriz de Ponta Delgada a 12.06.1668 com D. Isabel Cabral Lobo, filha de Pedro Cabral de Albuquerque, da casa do Conde de Vila Franca, e de D. Francisca Cabral Lobo. Foi sepultado na Igreja Matriz de São Sebastião "abaixo do altar de São João". Fez testamento a 20.02.1668 falecendo a 23 do mesmo mês e ano. Sua Mulher fez testamento, embora separado, na mesma data. Marido e mulher instituiram vinculos.

Tiveram os seguintes filhos: *Capitão Francisco Pereira do Amaral*, que segue; *D. Isabel Lobo de Pimentel:* instituiu, por testamento, um vínculo cuja administração seguiu na linha primogénita da família; *Cecília*, freira; *Antónia da Encarnação*, freira; *Maria da Luz*, freira.

FRANCISCO (II.º do nome) PEREIRA DO AMARAL, 5.º administrador dos vinculos de seus antecessores. Capitão. Vereador da Câmara de Ponta Delgada em 1687. Faleceu a 17.05.1693 na freguesia da Matriz da mesma cidade. Foi casado duas vezes. A 1.ª com D. Josefa da Câmara Pereira, filha do Capitão Manuel Pereira da Silveira e de D. Maria Leite da Câmara.

Do 1.º casamento teve dois filhos: *Manuel Raposo da Câmara*, de quem se trata no presente trabalho. Foi 6.º titular dos vinculos da sua família adiante referidos; *André Pereira da Câmara e Amaral*. 6.º administrador em S. Miguel de alguns dos vinculos de seus antecessores. Foi casado (12.12.1701) com D. Maria da Silva da Câmara filha de Gonçalo da Câmara e de D. Maria de Gusmão. Morou na rua João Moreira. Não tendo descendentes doou, - conjuntamente com seu meio irmão Francisco (IVº do nome), - por, escritura de 18/3/1735, ao filho deste e seu sobrinho, Francisco (V.º do nome) Pereira do Amaral "todas as terças que lograva e possuia". Mas tendo este falecido antes do doador, deixando uma filha única, em nova escritura de "dote nomeação e ratificação" de 2.6.1755, André Pereira da Câmara ("cidadão desta cidade e da nobreza dela") confirma a anterior e transmite todos os vinculos de que era titular a essa sua sobrinha neta, D. Maria Madalena Inácia da Câmara ou da Câmara e Silva, (morava na Rua João Moreira), que casou com Pedro Nolasco Borges Bicudo da Câmara, da Casa de Nossa Senhora do Parto.

Foi Francisco Pereira do Amaral casado 2.ª vez, na Igreja de S. José de Ponta Delgada, a 03.06.1688 com D. Vitória de Bettencourt, falecida a 06.01.1697 na freguesia da Matriz da mesma cidade, filha do Capitão Francisco de Bettencourt e Sá e de D. Maria Pacheco de Sampayo.

Desse 2.º casamento teve os seguinte filhos: *Francisco Pereira de Bettencourt e Sá*, em cuja descendência se continuou o ramo da família que permaneceu em S. Miguel, e que adiante se refere; *D. Rosa Pereira de Bettencourt e Sá*, casada com Manuel Vieira, da Ribeira Grande; *Barbara Rosa*, freira; *Maria do Corpo de Cristo*, freira.

2.3 Ligação à família Raposo, da Ilha de S. Miguel

Como acima dito Manuel Raposo da Câmara foi bisneto de D. ISABEL *RAPOSO* BALDAIA c.c. Francisco Mendes Pereira, IIº do nome, dito "o moço". Pouco se averigua sobre o biografia de Isabel Raposo Baldaia. Foi herdeira da terça vinculada que instituiu

sua tia Maria Baldaia, de que foi mais tarde administrador Pedro Nolasco Borges Bicudo, (vd. Anuário da Nobreza de Portugal, III, vol. II, pág. 302). Casou na Matriz de Ponta Delgada a 12.6.1594.

Um caso em que são usados apelidos de pai e mãe o que nem sempre é comum na época. A varonia provada de D. Isabel Raposo Baldaia remonta a seu Avô o *Alcaide João Fernandes Raposo*, que morava "acima do Mosteiro de Santo André", ("Saudades da Terra, Livro IV, vol I, Cap. 22, pgs. 247, 247; cap. 31, pág.321; vol II, 1981, Cap. 76, pág. 349).

Seu Pai foi Baltazar Raposo, cavaleiro, herdeiro do vinculo instituido por sua mãe por testamento aprovado em 29.06.1563.

Sua mãe, Isabel Baldaia, foi filha de Belchior Baldaia do Rego e de Isabel Alvares Homem, e neta de Gonçalo do Rego, "o Velho", e Maria Baldaia.

A varonia materna de D. Isabel Raposo Baldaia é a do tronco dos Regos, remontando a seu 8.ºAvô Lourenço do Rego, Senhor da Quinta de Santa Marta das Rosas, contemporâneo dos Reis D. Sancho II e D. Afonso III, dito ainda "neto ou bisneto" de D. Egas Mendes Gundar, segundo o Nobiliário do Conde D. Pedro, Título 60, plana 341. (Cfr. Felgueiras Gayo, Nobiliário de Famílias de Portugal, Título de Regos, § 1º, Nº 1). Foi nesta linha 4.ª neta de João Rodrigues do Rego que esteve na Batalha de Aljubarrota, onde foi armado Cavaleiro, e na tomada de Ceuta.

Pela linha "Baldaia" foi 5.ª neta de Affonso d'Antona Gonçalves Baldaia que, segundo Luís Filipe de Andrade Albuquerque Bettencourt, ("Regos da Ilha de S. Miguel", Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal, I volume, Lisboa 1925, pág. 92, nota 1), seria o navegador Afonso Baldaia que, com Gil Eanes, dobrou o Cabo Bojador, tendo-se, deois, fixado na Ilha Terceira. A mesma tese parece ser defendida por Alfredo Luís de Campos, "Memória da Visita Régia ...", cit. pág. 112.

Teria Isabel Raposo Baldaia, pelo menos, direito às armas de Regos e de Baldaias.

2.4 Ligação ao tronco dos Câmaras

Manuel Raposo da Câmara descendia, como ficou dito, pela ascendência de sua mãe, do fundador da família Câmara e desco-

bridor da Ilha da Madeira João Gonçalves Zarco, ou Zargo, do qual hoje existe larga geração foi, segundo os melhores autores, - (vd. designadamente, Henrique Henriques de Noronha, "Nobiliário da Ilha da Madeira", 1700, Ed. R. Genealógica Brasileira, S. Paulo, 1948, vol I, pág. 108 e segts.), - natural da vila de Matozinhos, "mui ciente na arte da navegação", (últ. ob. cit., pág. 108), Cavaleiro da Casa do Infante Dom Henrique, Capitão do Donatário do Funchal (1450). Casou com D. Constança Rodrigues de Almeida ou de Sá, filha de Rodrigo Anes de Sá e de D. Cecília Colona. Faleceu muito velho e jaz na Igreja de Nª Sª da Conceição da mesma cidade do Funchal.

Os seus descendentes na linha primogénita detiveram a Capitania da ilha da Madeira e foram agraciados, mais tarde, com o título de Condes da Calheta. Veio esta linha a fundir-se com a ilustríssima Casa dos Marqueses de Castelo-Melhor que, assim, são também hoje, também, Condes da Calheta e representantes do navegador.

Teve Zarco um filho segundo, Rui Gonçalves da Câmara, que comprou a João Soares d'Albergaria a Capitania da Ilha de S. Miguel, exercendo o cargo com mérito e eficácia. Durante séculos os seus descendentes da linha varonil foram Capitães dos Donatários da ilha de S. Miguel, agraciados com o título de Conde de Vila Franca, que foi convertido mais tarde no de Conde da Ribeira Grande, tendo, por fim, sido elevados a Marquês da Ribeira Grande.

Tiveram origem em Rui Gonçalves da Câmara, para além desta linha primogénita e varonil, diversas outras, podendo dizer-se que, por uma ou outra via, dele descendem todas as grandes famílias tradicionais da Ilha. Fácil é, pois, entender o apego de Manuel Raposo da Câmara a este nome ilustre e histórico, embora lhe viesse por três vias femininas e duas vias ilegítimas.

2.5 Árvores que descrevem a ascendência conhecida de Manuel Raposo da Câmara

A ascendência de Manuel Raposo da Câmara foi estabelecida com base nos Arquivos da Ilha de S. Miguel e nos estudos de

muitos genealogistas antigos e dos Drs. Ernesto do Canto, Carlos Machado e ainda nos de Rodrigo Rodrigues.

Assinale-se, a quase absoluta transparência da história genealógica das famílias açoreanas. Sem invasões devastadoras, sem incêndios nem catástrofes irreparáveis, - (com excepção da quinhentista "subversão" de Vila Franca), - os registos, assentos, documentos vários, arquivos, etc., chegaram-nos quase intactos e relativamente completos. E, como se isso não constituisse só por si um tesouro, duas outras circunstâncias providenciais vieram reforçar, ainda, o rigor e a riqueza das fontes genealógicas insulanas: no "início", a obra de Gaspar Frutuoso e a dos grandes genealogistas micaelenses dos Sec. XVIII a XX.

A história de quase todas as famílias tradicionais dos Açores começa, com raras excepções, nas "Saudades da Terra". Incansávelmente o Doutor Frutuoso descreveu ascendências, casamentos, filiações, profissões, aventuras, detalhes múltiplos. Os primeiros cento e cinquenta anos posteriores ao descobrimento e povoamento, em meados do Séc. XV, ficaram, assim, retratados e documentados com minucia extrema e um rigor que a documentação coeva a cada passo confirma. Como nota Rodrigo Rodrigues na Introdução ao Livro I das "Saudades da Terra", (Ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada, pág. LVII), referindo-se ao Dr. Gaspar Frutuoso, e depois de assinalar a sua extraordinária e multifacetada erudição: "Nem se quer lhe faltava o método e a clareza da exposição, mesmo nas difusas e longuíssimas deduções genealógicas, cuja justeza podemos afirmar, em face da abundante documentação com que o Dr. Ernesto do Canto e outros genealogistas micaelenses as confrontaram a verificaram.". A partir do Séc. XIX, (e já sem referir o Padre Cordeiro e a sua "História Insulana" tão copiada do manuscrito frutuosíano...), abre-se o período aureo da genealogia em S. Miguel. "Pegar" nas famílias onde o Vigário da Ribeira Grande as tinha "deixado" em finais do Sec. XVI, "pegar" na riqueza intacta dos arquivos, trazer as linhas familiares até ao presente, eis a formidável tarefa que no último século e meio correspondeu, na Ilha de S. Miguel, talvez à maior e mais contínua realização genealógica de ambito regional que tenha havido em Portugal. Sem contar com anteriores trabalhos já de importância,

como os do Morgado João de Arruda, podemos dizer que Carlos Machado e Ernesto do Canto, são os fundadores. Rodrigo Rodrigues, um dos grandes, reuniu, consolidou e desenvolveu nos seus monumentais "Livros de Genealogias" tudo o que antes se fizera. Seu filho, o Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, um erudito, transforma a obra de seu pai, num sistema publicável acrescentando (ou actualizando) algumas linhas genealógicas e passando o encargo de sua publicação a Hugo Moreira um dos co-autores desta artigo.

Outros estudiosos têm surgido nos últimos decênios, entre os quais se destacam pela competência e sentido de investigação os Drs. Pedro Rego Costa Cymbron e Jorge Manuel Frazão de Mello Manoel, dois quais muito há a esperar.

Às árvores que adiante se apresentam poderiam ser aditadas notas referentes a quase todos os que nelas figuram. Tal aumentaria, excessivamente, a dimensão do presente trabalho. Por isso se não incluem. Mas os autores fazem questão em dizer que todas ficam à disposição de qualquer interessado que, para o efeito de as receber, os pretenda contactar.

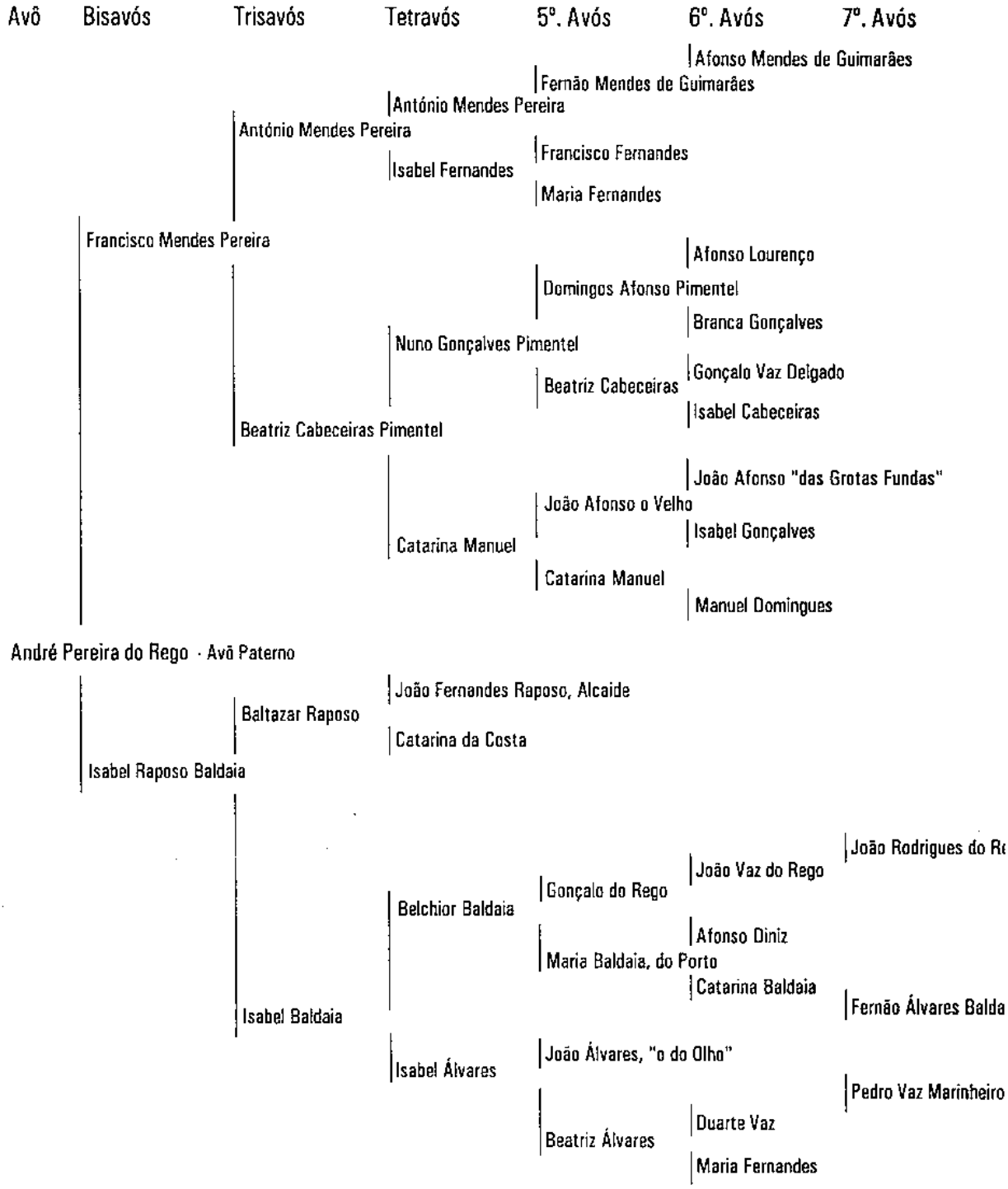
ÁRVORE I
ASCENDENTES DE MANUEL RAPOSO DA CÂMARA

Filho | Pais | Avós | Bisavós | Trisavós | Tetravós

- Antonio Mendes Pereira
- António Mendes Pereira
- Isabel Fernandes
- Francisco Mendes Pereira
- Nuno Gonçalves Pimentel
- Beatriz Cabeceiras Pimentel
- Catarina Manuel
- André Pereira do Rego (ver árvore 2)
- João Fernandes Raposo
- Baltazar Raposo
- Catarina da Costa
- Isabel Raposo Baldaia
- Belchior Baldaia
- Isabel Baldaia
- Isabel Álvares
- Francisco Pereira do Amaral
- Tristão Fernandes Cabral
- Pedro Cabral Albuquerque
- Isabel do Amaral
- Isabel Cabral Lobo
- Francisco Lobo
- Manuel Lobo Cabral
- Bárbara de Siqueira
- Francisca Cabral Lobo (ver árvore 3)
- João Rodrigues Sernando
- Jerónima Rodrigues Teixeira
- **Manoel Raposo da Câmara**
- Ana Dias
- Domingos Álvaes
- António Pereira de Evas
- Mécia...
- Manuel Pereira da Silveira
- Domingos da Rocha
- Apolónia da Silveira
- Maria da Conceição
- Josefa da Câmara
- Paulo Gago Bocarra
- Jerónimo de Araújo (ver árvore 5)
- Isabel de Medeiros
- Manuel da Câmara Araújo
- Luís Leite da Fonseca
- Maria Leite
- Simoa de Resende Pimentel
- Maria Leite da Câmara (ver árvore 4)
- Duarte Privado
- Manuel Privado Brandão
- Margarida de Paiva
- Margarida Cabral Baldaia
- Manuel Álvares Homem
- Maria Álvares Cabral
- Catarina Álvares

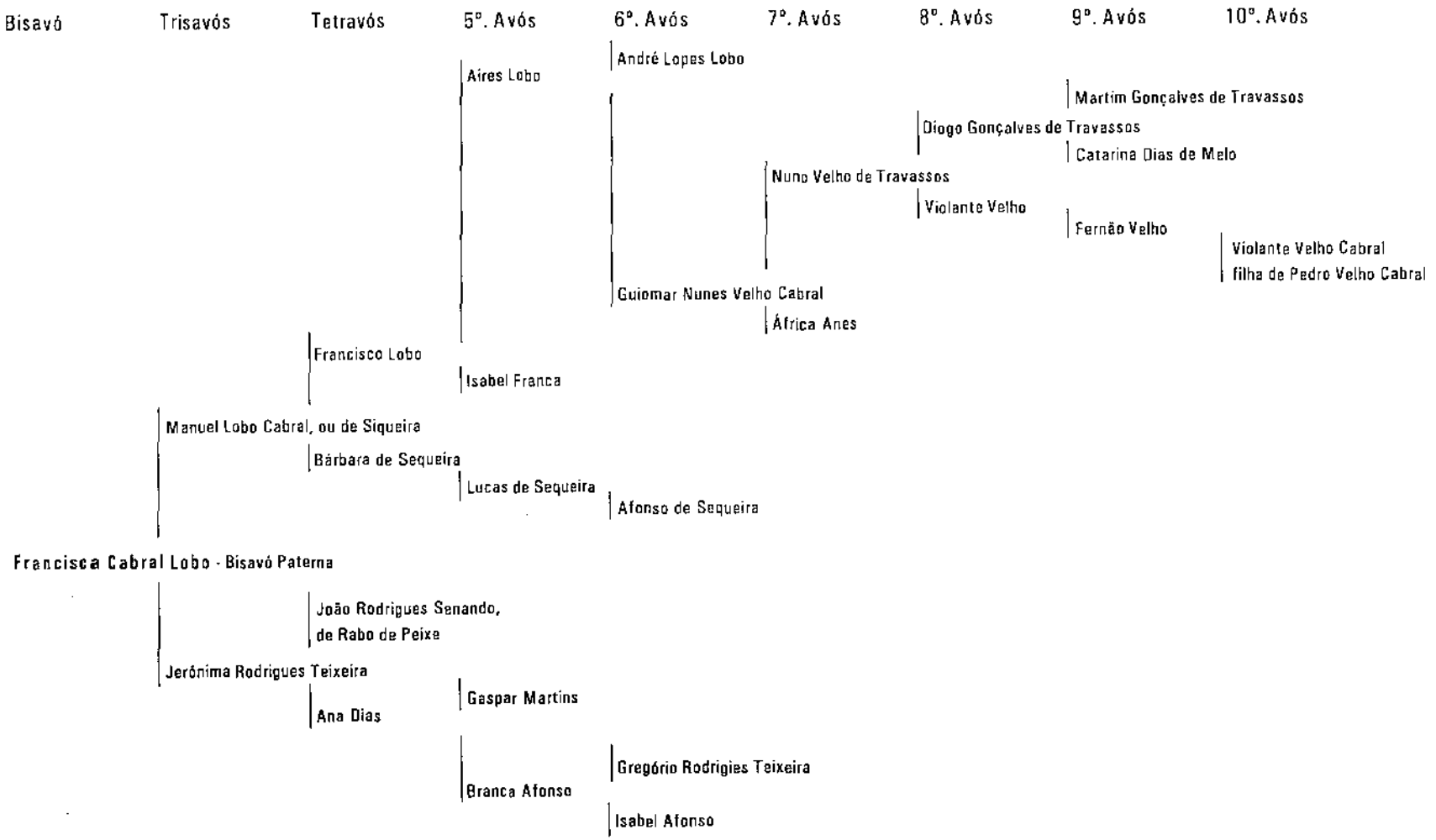
ÁRVORE 2

ASCENDÊNCIA DE ANDRÉ PEREIRA DO REGO - AVÔ PATERNO



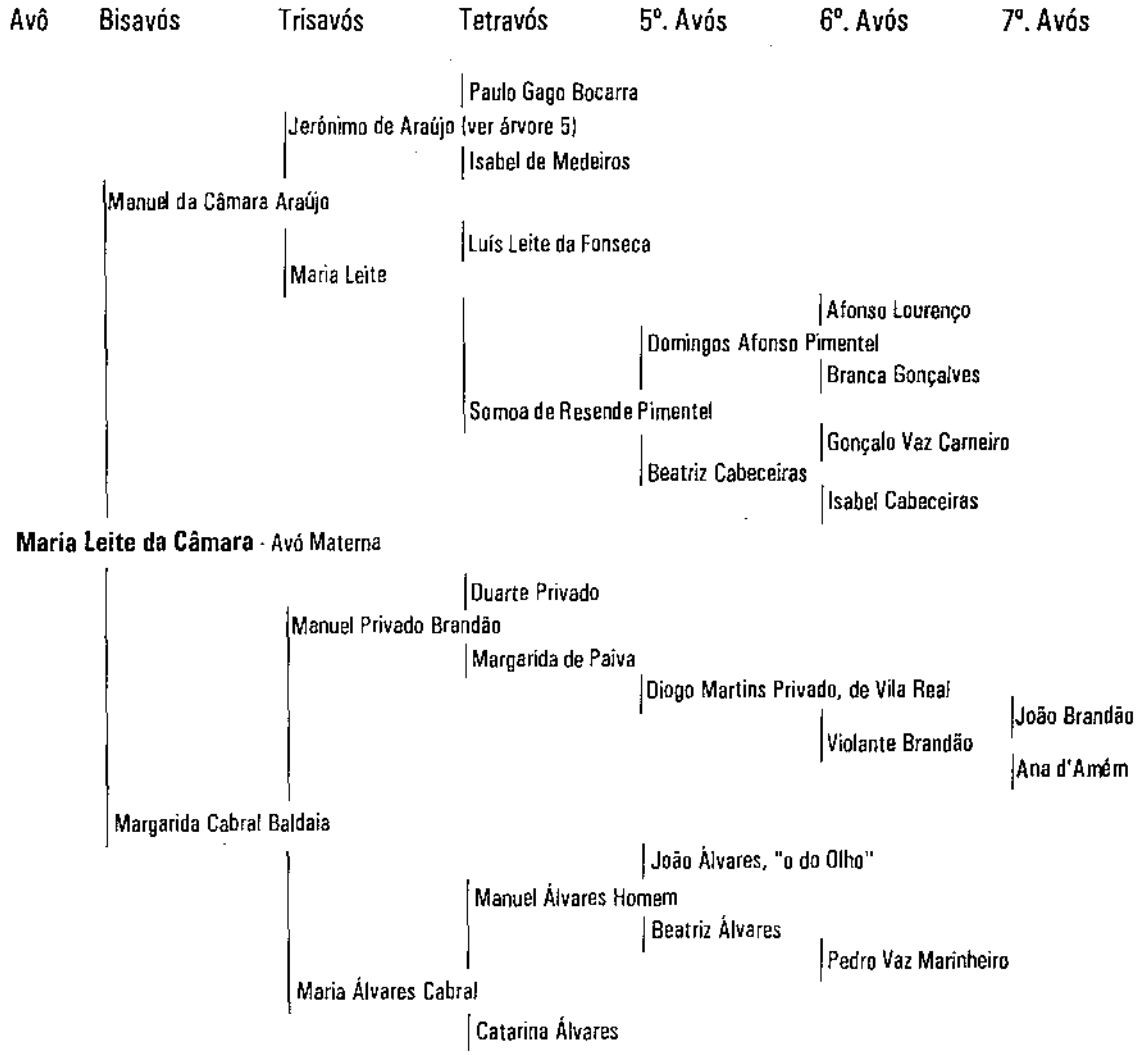
ÁRVORE 3

ASCENDÊNCIA DE FRANCISCA CABRAL LOBO - BISAVÓ PATERNA



ÁRVORE 4

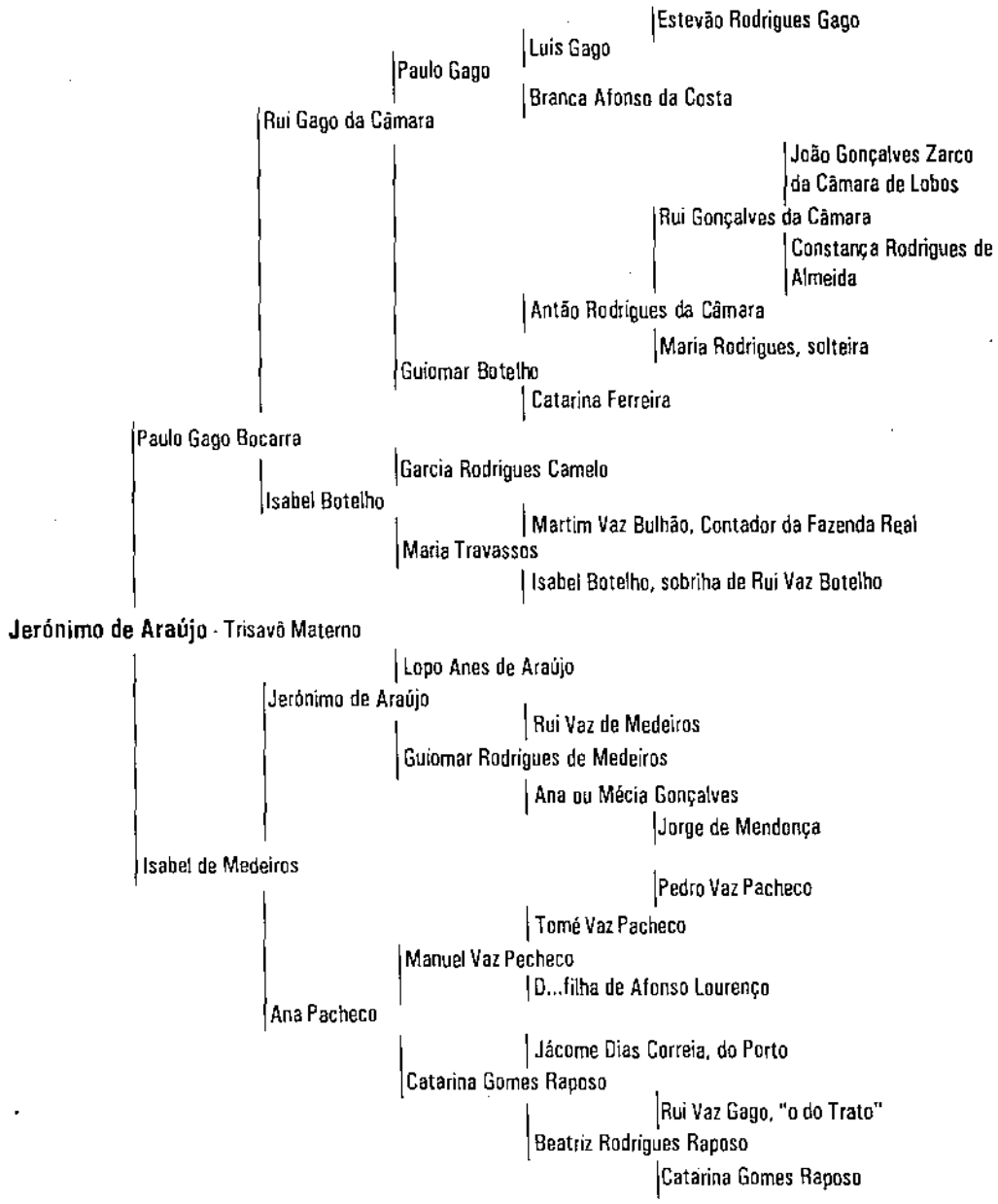
ASCENDÊNCIA DE MARIA LEITE DA CÂMARA - AVÓ MATERNA



ÁRVORE 5

ASCENDÊNCIA DE JERÓNIMO DE ARAÚJO -TRISAVÔ MATERNO

Trisavós Tetravós 5º. Avós 6º. Avós 7º. Avós 8º. Avós 9º. Avós



3. Manuel Raposo da Câmara e do Brasil

3.1 Hipótese acerca das razões da sua partida

Foi grande a importância das velhas famílias açoreanas que descobriram, povoaram e, durante quase meio milénio, governaram os Açores. Os seus chefes, herdeiros da administração dos vínculos que, geração após geração, iam sendo instituidos e que, acumulando-se, aumentavam o substracto patrimonial da Casa, foram quase sempre figuras de destaque social e de poder, ocupando sistematicamente posições de relevo, maior ou menor, na estrutura social. Assim, fácil é compreender que os administradores dos vínculos, ditos vulgarmente "Morgados", pouco se afastassem das ilhas, e raríssimamente as abandonassem a título definitivo.

Ora este último foi precisamente o caso de Manuel Raposo da Câmara: o de um Morgado que emigrou! Situação que sempre causou perplexidade aos genealogistas açoreanos. Agravada, ainda, por vários factores: terem "perdido o rasto" do emigrante, do qual apenas sabiam ter casado no Brasil e de quem se conhecia um filho e um neto e nada mais; ter a família que permaneceu em S. Miguel, e se desenvolveu através de André, seu irmão mais novo, continuado na administração de consideráveis vínculos e património, sendo o referido irmão também chamado "Morgado".

O que teria sucedido? As questões permaneceram sem explicação até ao momento em que a elaboração deste pequeno trabalho levou a um exaustivo exame da documentação relacionada com a matéria. Ele permite aventar uma resposta às dúvidas referidas.

Na verdade, uma cuidadosa análise do testamento da Avó de Manuel Raposo da Câmara, D. Isabel Amaral Lobo, (também dita noutros documentos Isabel Cabral Lobo), mostra que ele é contemplado com uma terça vinculada, *na condição de se ordenar*. Ora em tal condição nenhum investigador tinha, até agora, reparado.

A favor do irmão, André, também a mesma vinculada bens, e resulta do testamento que o considera como o futuro Morgado. No pressuposto, evidentemente, de que o primogénito seguiria a vida religiosa.

Sendo, ao tempo, Manuel e André menores, a testadora deixa a administração dos bens conjuntamente a sua irmã Cecília da Encarnação e suas filhas, Cecília da Luz e Antónia da Ressureição, todas freiras no Mosteiro da Esperança em Ponta Delgada.

Porém o certo é que, - em circunstâncias que desconhecemos, - Manuel Raposo da Câmara não tomou ordens sacras e, pelo contrário, partiu para o Brasil onde contraiu matrimónio, termos em que uma interpretação possível do testamento da Avó o teria excluído da administração do vínculo, instituido a seu favor.

Mas tal, porém, também não sucedeu!

Verificamos, como adiante se diz, que administrou os outros vínculos que herdou de seus maiores, - (o que não suscita qualquer dúvida), - mas também esse que a Avó instituira nos termos acima referidos. Porquê?

Muito provavelmente por ter feito um acordo com o irmão André.

Eis-nos, assim, perante uma explicação, para o sucedido, até agora, repita-se, não apresentada. Manuel Raposo da Câmara, optando decididamente por não cumprir a condição do testamento da Avó, emigrou para o Brasil. E um entendimento com o irmão, provavelmente amigo, resolveu o resto!

3.2 Os vínculos que lhe couberam e que os seus sucessores brasileiros administraram

Com base em exaustiva busca levada a efeito na Biblioteca e Arquivo Público de Ponta Delgada, (Arquivo de Resíduos), é possível identificar os vínculos cuja administração coube a Manuel Raposo da Câmara e a seus descendentes brasileiros e relativamente aos quais estes, - por intermédio de procuradores, - prestaram contas em Ponta Delgada. Tornando-se inviável, nos limites deste artigo, reproduzir os documentos, - (cuja transcrição está na posse dos autores e, de novo se afirma, à disposição de qualquer interessado), - optou-se por apresentar aqui o quadro e as notas seguintes.

VÍNCULOS	DATA
N.º I, instituido por António Mendes Pereira, Escudeiro da Casa d'El Rei e sua mulher Isabel Fernandes	18.08.1569
N.º II, instituido por Jerónimo Luís Ferreira e sua mulher Guiomar Nunes	04.05.1593
N.º III, instituido por Francisco Mendes Pereira (I), Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e sua mulher D. Isabel da Gama	08.06.1595
N.º IV, instituido pelo Padre Jerónimo Mendes, dito "O Velho"	24.04.1607
N.º V, instituido por Águeda Nunes (viúva de Miguel Pereira do Lago)	20.04.1646
N.º VI, instituido por André Pereira do Rego	20.02.1668
N.º VII, instituido por Isabel Cabral ou Lobo de Pimentel	26.11.1696
N.º VIII, instituido por Isabel do Amaral Lobo	26.11.1696
N.º IX, instituido pelo Vigário Sebastião Luís Lobo	1733

Examinaremos, seguidamete o que se passou com a prestação de contas quanto a estes diversos vínculos.

I - Embora o irmão de Manuel Raposo da Câmara, André, preste contas durante muitos anos, (até 1758), em 1768 já aparece a fazê-lo Vitorino da Silva e Câmara, por seu procurador Francisco Gomes Pereira, (micaelense que estivera no Brasil).

Surgem demandas judiciais com os representantes do ramo primogénito da família, (Bicudos, da Casa de Nossa Senhora do Parto); há atrazos na prestação de contas: a situação parece ter sido bastante confusa. Chegam a estar em dívida "54 moios de trigo, 463 missas e 4122 responsos", tudo sobre 17 alqueires de terra, (em S.Gonçalo, Ponta Delgada) e 14 alqueires de vinha (na Fajã, igualmente em Ponta Delgada). Entre 1773 e 1789 as contas são prestadas por Victorino José da Câmara, por seu procurador Paulo Pacheco Leite de Bettencourt. Em 1791 o procurador é o Capitão Bento Sodré Ferreira.

Gonçalo Raposo da Câmara, identificado como "filho de Victorino José" (sic) dá contas em 1797 e 1798. Gonçalo Soares Raposo (será provavelmente o mesmo), agora identificado como filho de Victorino José da Silva, por seu procurador José Pereira Benevides, presta-as em 1799. Os mesmos mandante e mandatário, fazem-no entre 1800 até 1808. Mas em 1808 são também prestadas contas... por José Pedro Nolasco... da família Bicudo... Agora as contas são prestadas por... dois administradores! Desde 1825 até à extinção dos vínculos em 1832 as contas são prestadas por Luís Soares Raposo. Provavelmente descendente brasileiro de Manuel Raposo da Câmara?

II - Este vínculo parece ter chegado à titularidade de Manuel Raposo da Câmara por ter sido incorporado ao que foi instituido pelo Vigário Sebastião Luís Lobo. As contas de 1762 são prestadas pelo Padre José Francisco de Arruda, como procurador do Capitão Manuel Raposo da Câmara, "assistente nas partes do Rio Grande do Brasil, novo administrador, irmão de André Pereira da Câmara, que Deus haja". As contas de 1773 são prestadas, através de procurador, por "Victorino José". Então se descrevem os bens da instituição: "Moio e meio de terra lavradia com seus baldios, citos (sic) no lugar de Santo António". Não se encontra referência posterior a prestação de mais contas...

III - O registo de prestação de contas parece, também, revelar alguma confusão acerca da titularidade deste vínculo, pois em 1773 são prestadas pela representante da família em S. Miguel,

(D. Maria Madalena Inácia da Câmara e Silva), mas em 1799 e em 1831 por Victorino José da Câmara através de procurador...

IV - O vínculo era constituido por dez alqueires de terra lavradia a S. Gonçalo, Ponta Delgada. Em 1758 as contas foram prestadas por Manuel Raposo da Câmara, por seu procurador. Em 1769 presta-as, também através de procurador, Victorino (sic) José. O mesmo presta-as de 1789 a 1795 e seu filho, Gonçalo Soares Raposo, de 1796 a 1832.

V - Da documentação examinada não se deduz, claramente, a via pela qual este vínculo chegou à titularidade de Manuel Raposo da Câmara. O certo é que, após muitos anos sem que tenham sido prestadas contas e diversos procedimentos judiciais, este vem, através de procurador, prestá-las a partir de 1765, seguindo-se a prestação por seus sucessores brasileiros (os nomes são os mesmos), em termos análogos aos que se verificam com os outros vínculos, até à respectiva extinção.

VI - André Pereira da Câmara presta contas de 1714 a 1758. A partir desse ano elas são prestadas pelo Capitão Manuel Raposo da Câmara "assistente no Rio Grande, Capitania de Pernambuco", por procuradores, até 1765. Depois, também através de procuradores, por Victorino da Silva e Câmara, de 1765 a 1769. Victorino José, (sem mais indicações), presta-as desde 1780 a 1792. Gonçalo Soares Raposo, filho de Victorino José da Silva, presta contas, irregularmente, até 1832.

VII - As primeiras contas são prestadas, como em outros casos, por André Pereira da Câmara, que em 1722 refere ter feito partilhas com seus irmãos através de uma escritura de composição e diz ter ficado incorporada neste vínculo "uma terra de 18 alqueires de vinha" que confronta, entre outros com seu irmão "Manuel Raposo da Câmara, auzente". A administração continuou na titularidade dos sucessores deste último: no N.º 330 do Jornal "A Ilha" de 22 de Julho de 1858, é publicado pelo Escrivão competente o anúncio de hasta pública referente a diversos bens que haviam pertencido à Instituição (já extinta) de D. Isabel Lobo de Pimentel, que o seu titular Joaquim Soares Raposo da Câmara, "ausente", por intermédio do procurador, pretendia aforar.

VIII - Entre 1730 e 1758 as contas são prestadas por André Pereira da Câmara. Mas do vínculo devia ser titular o irmão, já que em 1768 as contas são prestadas por Victorino José da Silva e Câmara, por seu procurador Francisco Gomes. O mesmo volta a prestar contas em 1770. Mas em 1780 quem o faz é D. Antónia da Silva, através do procurador Paulo Pacheco Leite Bettencourt. Declara que os bens da instituição são "umas casas na Rua do Brum" (em Ponta Delgada), e ainda que "não há notícia" de diversos outros bens da instituição, (que arrola). A última conta é prestada em 1832 por Luís Soares Raposo, através do procurador Jacinto Soares Botelho.

IX - Surgem contas prestadas em dois vínculos diferentes de que foi administrador o Vigário Sebastião Luís Lobo. De um deles, particularmente importante do ponto de vista patrimonial, presta contas o Capitão Manuel Raposo da Câmara, "assistente no Rio Grande do Brasil", depois da morte de seu irmão André, de 1758 a 1762. Em 1768 as contas são prestadas pelo procurador de Victorino da Silva e Câmara. Sucedeu-se na prestação, António José (? Sem mais) em 1795; Gonçalo Soares Raposo, identificado como filho de Victorino, Luís Soares Raposo entre 1823 e 1832. De outro vínculo, instituido originàriamente por seus bisavós Sebastião Luís Lobo e Isabel de Cerqueira Cabral, e ao qual foram agregados mais bens, por doação de seus avós Jerónimo Luís Ferreira e Isabel de Melo e por seus pais Sebastião Luís Lobo e Isabel de Siqueira, dá contas (também após a morte do irmão André) o Capitão Manuel Raposo da Câmara, "assistente no Rio Grande do Brasil", em 1762. Seguem-se, na prestação, Victorino da Silva e Câmara, seu filho Gonçalo Soares Raposo entre 1799 e 1823 e Luís Soares Raposo entre 1825 e 1832.

4. Continuação em S. Miguel da família de Manuel Raposo da Câmara

4.1 Introdução. Árvore sintética

Na presente árvore sintética podem ver-se os principais ramos da família Mendes Pereira. Ácerca deles devem fazer-se as seguintes observações liminares:

- A Chefia da Família passou, inquestionavelmente, para o Brasil, seguindo na descendência do seu chefe, o Capitão Manuel Raposo da Câmara, - (embora o ramo primogénito brasileiro tivesse abandonado o nome e as armas da varonia: Pereira).
- A chefia do ramo micaelense passou, por via feminina, à família Borges Bicudo da Câmara, da Casa de Nossa Senhora do Parto.
- A família continuou por via masculina, em S.Miguel, por Gonçalo da Câmara de Bettencourt e Sá no qual se originaram três linhas. A saber, por ordem de primogenitura:

Iª Linha, originada em Francisco José de Athayde Bettencourt: a mais velha, mas na qual se perdeu a varonia.

IIª Linha, originada em João Manuel da Câmara Bettencourt ou Bettencourt de Athayde: a única no qual se conserva a varonia da família Mendes Pereira, em linha legítima, desde o Séc. XV.

IIIª Linha, originada em Joaquim António de Bettencourt: com larga descendência, mas na qual se perdeu a varonia.

4.2 Descedência, em S. Miguel de Gonçalo Raposo da Câmara de Bettencourt e Sá

A Família de Manuel Raposo da Câmara continuou em S. Miguel, como ficou dito, por dois ramos distintos. O dos Borges Bicudo da Câmara, da Casa de Nª. Sª do Parto, (linha mais velha, que tem a representação em S. Miguel por via feminina e deixou

Capitão Francisco Pereira do Amaral

Casado 1ª. vez com
D. Josefa da Câmara

Manuel Raposo da Câmara

André Pereira da Câmara e Amaral, s.g.

Linha primogénita radicada no Nordeste do Brasil

Casado 2ª. vez com
D. Victória de Bettencourt e Sá

Capitão Francisco Pereira de Bettencourt e Sá

c. 1ª. vez com
D. Francisca Antónia de Medeiros

Francisco Pereira do Amaral
c.c. (1753) D. Joana Úrsula da Câmara

D. Maria Madalena Inácia da Câmara, (1714/1804) herdeira, c.c. Pedro José Borges Bicudo da Câmara da Casa de N. Sª. do Parto. A sua representação recaiu finalmente na Casa dos Condes de Stª. Catarina.

Linha que detém a representação da família em S. Miguel mas que deixou de usar o nome e na qual a varonia se perdeu.

c. 2ª. vez com
D. Bárbara Francisca de Medeiros

Capitão Gonçalo da Câmara de Bettencourt e Sá
c.c. D. Joana Clara de Athayde Moniz Corte-Real, Morgada "do Vulcão".

Francisco José de Athaydé Bettencourt
c.c. D. Úrsula Bicudo da Câmara

Linha de representação de Gonçalo da Câmara de Bettencourt e Sá e de sua mulher, e, portanto do vínculo "do Vulcão" mas, onde se perdeu a varonia.

João Manuel da Câmara de Bettencourt ou de Bettencourt e Sá, c.c. D. Teresa Botelho

Única linha na qual se conserva a varonia da família.

Joaquim António de Bettencourt
c.c. D. Maria Perpétua Neumão da Câmara

Linha onde se perdeu a varonia

de usar o nome tendo-se fundido com a Casa dos Rebelos, Condes de Santa Catarina), e pela descendência de Gonçalo Raposo da Câmara de Bettencourt ou de Bettencourt e Sá. Ambos originados em seu meio irmão, filho do 2º. Casamento de seu pai, com D. Victória de Bettencourt, *Capitão Francisco (IVº. do nome) Pereira de Bettencourt e Sá.* Vajamos como.

FRANCISCO (IVº. do nome) PEREIRA DE BETTENCOURT E SÁ, foi batizado na matriz de Ponta Delgada a 28.04.1690. Capitão do Castelo da mesma cidade. Mestre de campo, (Arq. Dos Açores vol. 5. pág. 194 e 253). Instituiu um vínculo conjuntamente com seu meio irmão André, para seu filho Francisco Pereira do Amaral, por escritura de 18.03.1735. Teve Carta de Armas de Botelhos de Cabrais, com diferença visual de uma brica azul com um trifólio de ouro (12.12.1738; cf. Arq. dos Açores. vol. X, pág. 461). Casou duas vezes. A primeira na freguesia de S. José de Ponta Delgada a 24.07.1715 com D. Francisca Antônia de Medeiros, filha do Capitão Francisco da Costa Coutinho e de D. Bárbara de Medeiros. A segunda na Matriz de Ponta Delgada a 23.05.1737 com D. Bárbara Francisca de Medeiros que já era viúva do Capitão Francisco Rodrigues.

Foram filhos do 1º. Casamento:

- *Francisco* (Vº. do nome) *Pereira do Amaral.* 7º Adminsitrador dos vínculos da família Mendes Pereira cuja titularidade ficou em S. Miguel. Casou nas Capelas a 21.03.1735 com D. Joana Ursula da Câmara filha de Sebastião Borges Neumão ou Newman e de D. Antônia Maria de Medeiros. Tiveram uma filha única:
- D. Maria Madalena Inácia da Câmara, (1741/1804), já atrás referida, que foi 8ª. Administradora dos vínculos de seus antecessores cuja titularidade ficou em S. Miguel. Casou na freguesia de S. José de Ponta Delgada (13.07.1759) com Pedro José Borges Bicudo da Câmara, filho única: D. Antônia de Araújo. Por esta senhora passou assim a representação do ramo primogénito da família Mendes Pereira que permaneceu na ilha de S. Miguel e a administração dos vínculos que a este ramo cabiam, para a família Borges Bicudo da Câmara, da Casa de Nossa Senhora do Parto em Ponta Delgada, cuja representação, por sua vez, caba à

Casa dos Condes de Santa Catarina. (Vd. notícia inédita preparada sobre esta família para publicação no Anuário da Nobreza pelo Dr. Jorge Manuel Frazão de Mello Manoel).

- *Gonçalo Raposo da Câmara de Bettencourt e Sá,* que segue:
- *Antónia Francisca do Livramento,* freira no convento da Esperança de Ponta Delgada;
- *Francisco Manuel,* morreu criança;
- *Frei José do Egipto.* Morre desterrado em Angola por ter sido considerado co-responsável, com outros dois frades, pela morte subita, em Ponta Delgada, do Bispo D. José Pegado de Azevedo, vítima de colapso no decurso de violentissíma discussão provocada pelos três religiosos;
- *Frei José Damasceno.* Abandonou a ordem. Sem mais notícia;
- *André Pereira.* emigrou para o Brasil.

GONÇALO (Iº. do nome) RAPOSO DA CÂMARA DE BETTENCOURT E SÁ, nasceu a 9.09.1727, do primeiro casamento de seu pai, falecido a 15.11.1798. Era, por sua mãe, primo segundo do 1º. Marquês de Pombal. Viveu em Ponta Delgada no Largo da Graça. Casou em Lisboa, na freguesia de Santo Estevão a 6.02.1754 com D. Joana Clara de Athayde Moniz Corte-Real, filha de Antonio José da Fonseca e Castro e de D. Maria Rosa de Athayde Corte-Real, Senhora de casa e, na Ilha de S. Miguel, herdeira, por via de sua mãe, dos antigos vínculos de Álvaro Lopes, ditos "do Vulcão" ou "do pico do Vulcão", com casas na Lagoa e no Populo. (Cf. quanto a esta última, os apontamentos deixados por Anibal Bicudo, "Poeiras do Passado", Revista Micaelense, Ano II, pág. 228). Neste casal originaram-se várias linhas, divididas em diversos ramos, estando a sua larga descendência detalhadamente descrita em notícia do Dr. Jorge Frazão de Mello Manoel preparada para o Anuário da Nobreza, III, sob a epígrafe "Pereira Lopes de Bettencourt Athayde".

Foram seus filhos:

- *Maria Rosa da Câmara de Athayde,* nascida na freguesia de S. José de Ponta Delgada a 2.12.1754 e falecida na mesma freguesia

a 21.10.1811. Casou em Santa Cruz da Lagoa, a 13.09.1772 com Antonio Francisco de Bettencourt Arruda Botelho e Câmara, filho de João Arruda e Câmara e de D. Quitéria Francisca Pires Farinha. Com geração;

- *Francisco José de Athayde Bettencourt*, capitão do regimento de Ponta Delgada, nascido na freguesia de S. José da mesma cidade a 21.9.1756. Casou em S. José de Ponta Delgada em 11.02.1783 com D. Ana Ursula Bicudo da Câmara. (nº. VIII. 1.1.2. acima). Origem da 1ª. Linha, 1º. e 2º. Ramos da família, vd. notícia para o "Anuário da Nobreza", cit.). Tiveram um filho: Francisco Pereira Lopes de Bettencourt de Athayde, Coronel. Teve carta de armas de Pereiras, em pleno, em 29.05.1820, (vd. Sanches de Baena, Arquivo Heráldico Genealógico, pág. 213). Educado na escola militar do Castelo de Angra, casou, em S. Mateus de Vila da Praia, na Graciosa, em 1811, com D. Luísa Francisca de Bettencourt da Silveira, irmã do 1º. Barão da Fonte do Mato, (cf. "Nobiliário da Ilha Terceira"), nacida naquela ilha, e filha de Bartolomeu Álvaro da Cunha Silveira de Bettencourt e de D. Joaquina Corte-Real da Silveira. Com a família de sua mulher promoveu a revolução liberal na Graciosa. Foi um dos "7500 Bravos do Mindelo". A representação deste casal, (1ª. Linha, 1º. Ramo), seguiu pela sua descendência promogénita, - através, designadamente, do Dr. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt de Athayde, (1836-1917), advogado brilhante, destacadíssimo vulto da Política e da Administração de S. Miguel na segunda metade do Século XIX, que se distinguiu, especialmente, durante a grande crise de 1869, dita "dos cereais", e, mais tarde, como um dos chefes do movimento autonomista de 1892/6, recaindo, (com uma quebra de veronia) em Francisco Pereira Athayde do Canto Bettencourt, que teve uma única filha D. Luisa Isabel Pereira Athayde do Canto Bettencourt, (divorciada de Abel Mafra, Oficial da Armada) e com geração: três filhas e um filho, o Engº. Luíz Pereira Athayde do Canto Bettencourt Mafra, actual representante com sua mãe, de Gonçalo Raposo da Câmara de Bettencourt e Sá e dos Morgadios de sua Mulher D. Joana Clara de Athayde Moniz Corte-Real. (Cfr. notícia elaborada para o Anuário da Nobreza,

cit. e "O Dr. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt de Athayde em duas fases da sua vida administrativa", artigo não assinado, Revista Michalelense, Ano I, nº 1, pág. 14 e seguintes).

- *Padre Antonio Joaquim da Fonseca;*
- *Francisca,* freira;
- *Faustina;*
- *Padre Manuel Raposo;*
- *Antónia Perpétua Benedita;*
- *Jacinta;*
- *João Manuel da Câmara de Bettencourt ou de Bettencourt de Athayde.* (Origem da IIª linha da Família "Pereira Lopes de Bettencourt de Athayde", única na qual se mantém a varonia dos antigos Mendes Pereira, descrita na referida notícia preparada para o Anuário da Nobreza, e também, em outra notícia preparada para a mesma obra, sob a epígrafe "Soares d'Albergaria Athayde Corte-Real Pereira"). De João Manuel e de sua mulher D. Tereza Botelho, foi *filho* Gonçalo de Athayde Corte-Real de Bettencourt c.c a Morgada D. Joana Augusta de Menezes Lemos de Carvalho da silveira Estrela; *neto* Augusto de Athayde Corte-Real da Silveira Estrela c.c. D. Maria Constantina Rebelo Leite Botelho de Teive; *bisneto* Luíz Bernardo Leite de Athayde, c.c. D. Maria Luisa de Vasconcelos Soares d'Albergaria; *terceiro neto* Augusto de Athayde Corte Real Soares d'Albergaria c.c. D. Maria da Graça Hintze Ribeiro Jardim, (filha do IIº. Conde de Valenças); *quarto neto* Augusto de Athayde Soares d'Albergaria, co-autor do presente trabalho, c.c. D. Maria Margarida de Andrade Albuquerque, IIIª. Condessa de Albuquerque, pais de Augusto Duarte de Andrade Albuquerque Bettencourt de Athayde, IVº. Conde de Albuquerque, (por cessão do título que em vida lhe fez sua mãe), c.c. D. Maria Joana de Mendoça de Siqueira, única filha e sucessora de seu pai D. António de Siqueira, 9º. Conde da Azambuja e 6º. Conde de S. Martinho, etc., Duarte de Andrade Albuquerque Bettencourt de Athayde; Luisa Ana de Andrade Albuquerque Bettencourt de Athayde de Herédia, c.c. D. Sebastião de Castro Curvello de Herédia.

- *Ana Miguelina de Jesus*, freira;
- *Joaquim António de Bettencourt*, (Origem dos dois Ramos da IIIª. Linha, cfr. Notícia para o Anuário da Nobreza, cit.) nascido a 16.03.1770 na freguesia de S. José de Ponte Delgada e falecido a 12.03.1854. Foi Tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Deixou uma interessante relação do episódio das lutas civis que, em S. Miguel, ficou conhecido por "Revolta dos Calcetas". Casou na Matriz de Ponta Delgada a 24.10.1803 com D. Maria Perpétua Neumão (ou Newman) da Câmara, filha do Capitão Duarte Pacheco Raposo e de D. Joaquina Neumão (ou Newman) Borges da Câmara. Deste casal houve 3 filhas e 4 filhos, tendo-se apenas desenvolvido uma única linha varonil que veio a terminar no seu terceiro bisneto Francisco Pereira do Canto Bettencourt, atraz referido, cuja filha D. Luisa Isabel, acumula, assim, a Chefia da Iª. Linha, 1º. Ramo com a do 2º. Ramo desta IIIª. Linha.
- *Ana Angélica do Prado*, freira.